



ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 19.527.639/0001-58
Praça Rui Barbosa, nº 80 - Centro
Cataguases, MG - CEP 36.770-901
www.energisa.com.br

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DA COMPANHIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2014, ÀS 10 HORAS**

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, JÁ DIVULGADA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 19 DE MARÇO DE 2014, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2013 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481.

1. Informar o lucro líquido do exercício:

- R\$ 27.516.131,69 em 2013.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- Dividendos de R\$ 27.516.131,69, perfazendo R\$ 61,050364 por ação ordinária, tendo sido antecipados e quitados: i) em 21 de junho de 2013 o valor de R\$ 9.963.521,77 (R\$ 22,106182600 por ação ordinária); ii) em 20 de agosto de 2013 o valor de R\$ 3.156.543,14 (R\$ 7,003459280 por ação ordinária); iii) em 23 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 13.000.00,00 (R\$ 28,84325245 por ação ordinária); e iv) o valor de R\$ 1.396.066,78 (R\$ 3,09746973 por ação ordinária) em data a ser definida pela Assembleia Geral de Acionistas.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

- 100%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

- Não houve.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:** dividendos - ações ordinárias R\$ 27.516.131,69; perfazendo R\$ 27.516.131,69 por ação ordinária, tendo sido antecipados e pagos: i) em 21 de junho de 2013 o valor de R\$ 9.963.521,77 (R\$ 22,106182600 por ação ordinária); ii) em 20 de agosto de 2013 o valor de R\$ 3.156.543,14 (R\$ 7,003459280 por ação ordinária); iii) em 23 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 13.000.00,00 (R\$ 28,84325245 por ação ordinária); e iv) o valor de R\$ 1.396.066,78 (R\$ 3,09746973 por ação ordinária) em data a ser definida pela Assembleia Geral de Acionistas.
- b. **a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio: do total dos dividendos no valor de R\$ 27.516.131,69, foram antecipados em:** i) em 21 de junho de 2013 o valor de R\$ 9.963.521,77 (R\$ 22,106182600 por ação ordinária); ii) em 20 de agosto de 2013 o valor de R\$ 3.156.543,14 (R\$ 7,003459280 por ação ordinária); iii) em 23 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 13.000.00,00 (R\$ 28,84325245 por ação ordinária); e iv) o valor de R\$ 1.396.066,78 (R\$ 3,09746973 por ação ordinária) em data a ser definida pela Assembleia Geral de Acionistas, com base em balanço levantado pela Companhia a conta de lucros apurados no exercício de 2013.
- c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio - Não aplicável.**
- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.** Parte dos dividendos foi antecipada em junho, agosto e dezembro de 2013. Os dividendos complementares serão pagos em data a ser definida pela Assembleia Geral de Acionistas.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados - R\$ 26.120.064,91 de dividendos antecipados.**
- b. **Informar a data dos respectivos pagamentos - foram antecipados em:** i) em 21 de junho de 2013 o valor de R\$ 9.963.521,77 (R\$ 22,106182600 por ação ordinária); ii) em 20 de agosto de 2013 o valor de R\$ 3.156.543,14 (R\$ 7,003459280 por ação ordinária); iii) em 23 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 13.000.00,00 (R\$ 28,84325245 por ação ordinária);

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido (R\$)	Lucro líquido por ação/lote de mil ações (R\$ *)	Lucro líquido por ação/lote de mil ações ordinárias (R\$ *)	Lucro líquido por ação/lote de mil ações preferenciais (R\$ *)
2013	27.516.131,69	61,05	61,05	-
2012	66.614.637,04	147,80	147,80	147,80
2011	35.484.249,47	78,73	78,73	78,73
2010	53.316.851,51	0,12	0,12	0,12
2009	36.014.883,01	0,08	0,08	0,08

(*) Em 2010, valores por lote de mil ações.

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (não houve distribuição de juros sobre capital próprio):

Exercício	Dividendo total (R\$)	Ação ordinária (R\$ por ação/lote mil)	Ação preferencial (R\$ por ação/lote mil)
2013	27.516.131,69	61,050364	-
2012	66.614.637,04	147,798676404	147,798676404
2011	33.791.973,14	74,97464709	74,97464709
2010	52.859.281,50	0,1173	0,1173
2009	28.195.888,86	0,0626	0,0626

(*) Em 2010, valores por lote de mil ações.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

Não houve destinação

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos - não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social:

“Art.32 - A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia tem efetuado nos últimos exercícios pagamentos de dividendos acima do valor mínimo obrigatório (25%).

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia - não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências - não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar - não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias - não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção - Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital - Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais - não aplicável.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO CAPÍTULO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) - PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2014, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS.

13. Remuneração dos Administradores

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Nos últimos 3 exercícios não houve o pagamento simultâneo de Bônus e PLR, por este motivo não há previsão deste valor quanto ao bônus, estando toda a Remuneração Variável informada como PLR.

2011

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	7	6	N/A	13
c. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	490.280,69	1.005.212,63		1.495.493,32
. Salário ou pró-labore	359.370,72	653.012,95		1.012.383,67
. Benefícios diretos e indiretos	41.319,74	188.472,07		229.791,81
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A		0,00
. Outros (INSS + FGTS)	89.590,23	163.727,61		253.317,84
ii. Remuneração Variável	256.506,37	463.643,88		720.150,25
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	245.432,09	402.186,24		647.618,33
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
iii. Benefícios pós-emprego	11.074,28	61.457,64		72.531,92
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	N/A	N/A		0,00
d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	746.787,06	1.468.856,51		2.215.643,57

Notas:

- (1) O Conselho de Administração é formado por 7 membros sendo que um deles não recebe honorários por ser diretor e 1 é suplente só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo
 (2) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular DVM/SEP/Nº 03/2012.

2012

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	7	6	N/A	13
c. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	544.239,54	1.120.016,25		1.664.255,79
. Salário ou pró-labore	402.427,04	723.997,57		1.126.424,61
. Benefícios diretos e indiretos	46.204,52	223.023,94		269.228,46
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A		0,00
. Outros (INSS + FGTS)	95.607,98	172.994,74		268.602,72
ii. Remuneração Variável	244.597,10	490.290,96		734.888,06
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	231.698,35	413.070,33		644.768,68
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
iii. Benefícios pós-emprego	12.898,75	77.220,63		90.119,38
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	N/A	N/A		0,00
d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	788.836,64	1.610.307,21		2.399.143,85

Notas:

- (1) O Conselho de Administração é formado por 7 membros sendo que um deles não recebe honorários por ser diretor e 1 é suplente só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo
 (2) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular DVM/SEP/Nº 03/2012.

Ano: 2013

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	7	6	N/A	13
c. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	545.546,00	1.205.197,97		1.750.743,97
. Salário ou pró-labore	395.735,48	779.082,62		1.174.818,10
. Benefícios diretos e indiretos	50.778,95	235.965,87		286.744,82
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A		0,00
. Outros (INSS + FGTS)	99.031,57	190.149,48		289.181,05
ii. Remuneração Variável	366.723,70	777.992,21		1.144.715,91
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	350.310,21	679.730,00		1.030.040,21
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
iii. Benefícios pós-emprego	16.413,49	98.262,21		114.675,70
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	N/A	N/A		0,00
d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	912.269,70	1.983.190,18		2.895.459,88

Ano: 2014 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	7	6	N/A	13
c. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	750.469,40	1.532.725,10		2.283.194,49
. Salário ou pró-labore	564.090,18	1.000.335,27		1.564.425,44
. Benefícios diretos e indiretos	64.674,09	312.174,45		376.848,54
. Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A		0,00
. Outros (INSS + FGTS)	121.705,13	220.215,38		341.920,51
ii. Remuneração Variável	372.854,42	792.349,53		1.165.203,95
. Bônus	-	-		0,00
. Participação nos resultados	353.158,23	684.177,22		1.037.335,45
. Remuneração por participação em reunião	N/A	N/A		0,00
. Comissões	N/A	N/A		0,00
. Outros	N/A	N/A		0,00
iii. Benefícios pós-emprego	19.696,19	108.172,31		127.868,50
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	N/A	N/A		0,00
d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	1.123.323,82	2.325.074,62		3.448.398,44

Notas:

- (1): O Conselho de Administração é formado por 7 membros sendo que um deles não recebe honorários por ser diretor e 1 é suplente só recebe honorários quando vier a substituir um membro efetivo
(2) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular DVM/SEP/Nº 03/2012.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2011	2012	2013
Conselho de Administração	36%	39%	36%
Diretoria Estatutária	24%	25%	22%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE ART. 10 DA IN CVM 481/09 - PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA O DIA 25 DE ABRIL DE 2014

Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar:

Nome	Idade	Órgão da Administração	Data de eleição	Prazo do Mandato
CPF	Profissão	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Posse	Indicado pelo Controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Ivan Muller Botelho 002.991.386-15 N/A	80 Engenheiro Eletricista	Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Antônio José de Almeida Carneiro 028.600.667-72 N/A	71 Empresário	Conselho de Administração Membro efetivo do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Não
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho 832.328.697-34 N/A	67 Economista	Conselho de Administração Membro efetivo do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Marcílio Marques Moreira 006.953.867-00 N/A	82 Bacharel em Direito	Conselho de Administração Membro efetivo do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Ricardo Perez Botelho 738.738.027-91 N/A	54 Engenheiro Eletrônico	Conselho de Administração Vice Presidente do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Maurício Perez Botelho 738.738.107-00 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	53 Engenheiro Mecânico	Conselho de Administração Membro Suplente do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Sim
Pedro Boardman Carneiro 115.816.367-33 N/A	27 Engenheiro de Produção	Conselho de Administração Membro Suplente do Conselho de Administração	25/04/2014 25/04/2014	2 anos Não

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Companhia não possui Comitês

12.8. Currículo dos administradores

Ivan Muller Botelho

Vice Presidente da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas; Vice Presidente da ABCE - Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica; Membro do Conselho Consultivo da FIEMG - Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais; Membro do Conselho Empresarial de Política Industrial da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM n.º RJ 2005/1443, foi aplicada pela CVM a seguinte penalidade: multa no valor de R\$ 400.000,00 por violação ao disposto na alínea "c" do §1º do art. 117 da Lei n.º 6.404/76 e ao disposto no art. 154 da referida lei. A penalidade foi mantida pelo Conselho de

Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do acórdão nº 10726/11, de 30.08.11. Todavia, a penalidade encontra-se suspensa por decisão pelo Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo n.º 0011774-04.2013.4.02.5101, datada de 29/04/2013.

Antonio José de Almeida Carneiro

Diretor das empresas Multiplic Empreendimentos e Comércio Ltda, Sobrapar Sociedade Brasileira de Organização e Participações Ltda., Agropecuária Ponte Nova Ltda., Multiplic Ltda. e 196 Participações Ltda..

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho

Ex-Presidente da Shell do Brasil S/A e da Billiton Metais S/A; Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Ex-Presidente da AT&T Brasil Ltda. e Membro de Administração de Brazilian Fast Food Corporation.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM a seguinte penalidade: Pena de advertência por violação ao disposto no art. 154 da Lei das S.A. A penalidade foi mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do acórdão nº 10726/11, de 30.08.11. A penalidade encontra-se sob questionamento judicial perante a 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo n.º 0012814-21.2013.4.02.5101.

Marcílio Marques Moreira

Ex-Membro do Conselho de Administração do BNDES, Ex-Vice-Presidente e Membro do Conselho de Administração do Grupo Unibanco; Ex-Embaixador do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América; Ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento; Ex-Assessor Especial da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro; Consultor Internacional Senior da Merrill Lynch & Co.; Membro dos Conselhos Consultivos da American Bank Note-Brasil, Marsh & McLennan Companies e da Embratel.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM a seguinte penalidade: Pena de advertência por violação ao disposto no art. 154 da Lei das S.A. A penalidade foi mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do acórdão nº 10726/11, de 30.08.11. A penalidade encontra-se sob questionamento judicial perante a 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo n.º 0012814-21.2013.4.02.5101.

Ricardo Perez Botelho

Ex-Engenheiro Eletrônico da CFLCL; Ex-Engenheiro Eletrônico da GTE Laboratories e da GTE Communications Products - Tempe, em Arizona (EUA); Ex-Chefe de Equipe de Desenvolvimento da Micron Technology - Signal Processing Group, em Arizona (EUA); Ex-Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Nova América S/A; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Sergipe, Energisa Paraíba, Energisa Borborema e Energisa S.A.. Presidente do Conselho de Administração da Cat-Leo Cise (atual Energisa Soluções) e da Usina Termelétrica de Juiz de Fora.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM a seguinte penalidade: Pena de advertência por violação ao disposto no art. 154 da Lei das S.A. A penalidade foi mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do acórdão nº 10726/11, de 30.08.11. A penalidade encontra-se sob questionamento judicial perante a 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo n.º 0012814-21.2013.4.02.5101.

Maurício Perez Botelho

Ex-Analista de Projetos da Dow Corning Corporation (Midland - USA); Ex-Assistente Financeiro do Vice-Presidente da American Express Bank (New York).

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM a seguinte penalidade: Pena de multa no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por descumprimento ao disposto no art. 3º da Instrução CVM nº 358, de 28 de dezembro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM

358”). A penalidade foi mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do acórdão nº 10726/11, de 30.08.11. Todavia, a penalidade encontra-se suspensa por decisão pelo Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos do processo n.º 0011774-04.2013.4.02.5101, datada de 29/04/2013.

Pedro Boardman Carneiro

Graduado em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, em 2010. Experiência Profissional: Sócio e Operador de Mercado Financeiro da Dinâmica Investimentos e Empreendimentos; Ex-estagiário do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.; Ex-estagiário da Corretora Liquidez.

(*) Com exceção dos Srs. Ivan Muller Botelho, Ricardo Perez Botelho, Maurício Perez Botelho, Marcílio Marques Moreira e Omar Carneiro da Cunha Sobrinho, conforme acima informado, nenhum dos demais candidatos indicados jamais incorreu em (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9 - Relações conjugais ou parentesco

O candidato Ivan Müller Botelho (Presidente do Conselho de Administração) é pai do Sr. Ricardo Perez Botelho, Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do emissor.

O candidato Ivan Müller Botelho é pai do Sr. Maurício Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do emissor. O Sr. Maurício Perez Botelho também é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

O candidato Ricardo Perez Botelho (Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia) é filho do Sr. Ivan Müller Botelho e irmão do Sr. Maurício Perez Botelho (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores).

Os Srs. Ricardo Perez Botelho e Maurício Perez Botelho também ocupam cargos na administração de sociedades controladas e controladoras do emissor.

O candidato Antônio José de Almeida Carneiro é pai do candidato a membro suplente do Conselho de Administração, Sr. Pedro Boardman Carneiro. O Sr. Pedro Boardman Carneiro também ocupa o cargo de membro suplente do Conselho de Administração das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

O candidato Pedro Boardman Carneiro é filho do Conselheiro de Administração titular Antônio José de Almeida Carneiro.

O candidato Pedro Boardman Carneiro é filho do Conselheiro de Administração Antônio José de Almeida Carneiro, que também é Conselheiro de Administração das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

12.10 - Relações de subordinação

Preenchimento facultativo. Emissor registrado na categoria “B”

4 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES, ELABORADOS DE ACORDO COM O UITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

10.1 - Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2013 foi de 0,42. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esses índices foram de 1,77 e 1,43, respectivamente.

A Dívida Líquida consolidada em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 306,9 milhões e dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram de R\$ 229,3 milhões e R\$ 200,6 milhões, respectivamente. A Energisa Minas Gerais encerrou o exercício de 2013 com um caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 42,7 milhões, contra R\$ 100,8 milhões em 2011 e R\$ 83,5 milhões em 2010.

A Companhia apresentou em 2013 um lucro líquido de R\$ 27,5 milhões, contra R\$ 66,6 milhões em 2012, uma redução de 58,7%. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o lucro líquido foi de R\$ 35,5 milhões.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, os EBITDAs Ajustados foram de R\$ 88,7 milhões (aumento de 17,2% sobre 2012); R\$ 75,7 milhões (redução de 19,1% sobre 2011); R\$ 93,7 milhões (redução de 14,3% sobre 2010), respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, a relação “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado”, considerando o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, foi de 3,5 vezes. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esses índices foram de 3,0 vezes e 2,1 vezes, respectivamente.

b) Estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre Patrimônio Líquido apresenta altos níveis de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 essa relação era de 480%, 227% e 294%, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital tem se situado em níveis altos e com um índice de liquidez corrente baixo.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 63,9 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 306,9 milhões. Já em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 100,9 milhões e a dívida líquida de R\$ 229,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 68,3 milhões e de R\$ 200,6 milhões, respectivamente.

i) hipóteses de resgate;

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 42,7 milhões, contra R\$ 100,8 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 83,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. O montante em dezembro de 2013 é 0,20 vezes as dívidas de curto prazo, que somam R\$ 211,3 milhões.

Em 2013 o Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais foi de R\$ 51,0 milhões, contra R\$ 63,0 milhões em 2012 e R\$ 100,7 milhões em 2011.

A Dívida Líquida ao final dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 eram de R\$ 306,9 milhões, R\$ 229,3 milhões e R\$ 200,6 milhões, respectivamente. A relação entre o endividamento líquido da Companhia e a geração de caixa foi de 3,5 vezes em 2013, 3,0 vezes em 2012 e 2,1 vezes em 2011.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas e e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O endividamento consolidado da Companhia era composto da seguinte forma em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012 (Valores em R\$ mil).

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2013	2012	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	112	-	15.000	15.112	15.076	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	57	1.137	2.967	4.161	5.641	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	10	25	37	52	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	325	1.446	6.905	8.676	20.994	
Eletrobrás - Subtransmissão	8	280	904	1.192	1.403	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	12.846	2.569	15.415	-	
Banco HSBC - repasse BNDES	5	511	752	1.268	1.781	
Banco HSBC - repasse BNDES	4	272	349	625	774	
Banco HSBC - repasse BNDES	7	319	421	747	1.066	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	9	451	2.749	3.209	3.664	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	4	162	914	1.080	1.070	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	5	188	1.145	1.338	1.526	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	298	1.814	2.115	2.411	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	3	743	929	1.675	2.205	
Banco Itaú BBA - FINAME	29	1.198	7.723	8.950	5.265	
Caixa Econômica Federal - FINAME	43	493	3.741	4.277	4.351	
Banco Bradesco - CCB	793	12.502	12.500	25.795	38.263	(1)
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	58	8.666	4.651	13.375	17.972	
Total em moeda nacional	1.467	41.522	66.058	109.047	123.514	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(97)	-	(174)	(271)	(356)	
Em moeda estrangeira						
Citibank	234	38.536	-	38.770	34.136	(2)
Bank of America Merrill Lynch	249	66.799	-	67.048	58.998	(2)
Banco Itaú BBA	676	-	70.277	70.953	61.820	(2)
Total em moeda estrangeira	1.159	105.335	70.277	176.771	154.954	
Total ENERGISA MINAS GERAIS	2.529	146.857	136.161	285.547	278.112	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$909 (R\$2.568 em 2012) registrados na rubrica, “aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo circulante.

(1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado

das dívidas (vide nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2013, todas as exigências foram cumpridas.

- (2) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI +	0,7%	8,82%	
Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	22	RGR	5,0%	5,0%	
Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	22	RGR	5,0%	5,0%	
Eletróbrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	35	RGR	5,0%	5,0%	
Eletróbrás - subtransmissão	mar-2018	mensal	Recebíveis	28	RGR	5,0%	5,0%	
Eletróbrás - Devolução LPT	fev-2015	mensal	Recebíveis	9	Selic Acumulada		8,22%	
Banco HSBC - repasse BNDES I	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	TJLP +	4,3%	9,51%	
Banco HSBC - repasse BNDES II	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	UMBND +	4,3% + juros variáveis	19,56%	
Banco HSBC - repasse BNDES III	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	TJLP +	3,9%	9,1%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	43	TJLP +	4,75%	9,98%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	42	UMBND +	3,75%+ juros variáveis	19,05%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	43	TJLP +	5,95%	11,25%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	43	pré-fixado	5,5%	5,5%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14	pré-fixado	5,5%	5,5%	
Banco Itaú BBA - FINAME Caixa Econômica Federal - FINAME	Até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	52	pré-fixado	De 2,5% a 10%	De 2,5% a 10%	
Banco Bradesco - CCB	Jan-2022	mensal	Aval Energisa S.A	48	pré-fixado	8,7%	8,7%	
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	16	CDI +	1,25%	9,41%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem	maio-2015	mensal, após mar.2014	Aval Energisa S.A.	11	TJLP +	2,25% a 4,15%	7,36% a 9,36%	
Citibank	Set-2014	final	Aval Energisa S.A	9	libor +	2,25%	17,79%	(1)
Bank of America Merrill Lynch	out-2014	final	Aval Energisa S.A	10	libor +	2,0%	17,51%	(1)
Banco Itaú BBA	Set-2015	final	Aval Energisa S.A	21	Dólar +	2,95%	18,02%	(1)

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2013	2012
US\$ x R\$	14,64%	8,94%
TJLP	5,00%	5,50%
SELIC	8,22%	8,49%
CDI	8,06%	8,40%
IPCA	5,91%	5,84%
IGP-M	5,53%	7,81%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2013
2015	97.206
2016	6.172
2017	5.164
2018	9.119
2019	9.048
Após 2019	9.452
Total	136.161

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2013	2012
Saldos em 2012 e 01/01/2012	278.112	218.230
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	21.933	87.423
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	37.060	23.818
Pagamento de principal	(37.066)	(36.781)
Pagamento de juros	(14.492)	(14.578)
Saldos em 2013 e 2012	285.547	278.112
Circulante	149.386	25.704
Não circulante	136.161	252.408

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	24	24	24	95	167
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	73	31		-	104
Total	97	55	24	95	271

Debêntures (não conversíveis em ações) em 31 de dezembro de 2013

Principais características das debêntures:

	7ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,9 % a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	10,11% a.a.
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 2013 (*)	60.051
Circulante	60.051
Não circulante	-
Saldos em 2012 (*)	46.734
Circulante	98
Não circulante	46.636

(*) Deduzido de R\$195 (R\$309 em 2012), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2013 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 20 de junho de 2013, através de leilão eletrônico organizado e divulgado pela CETIP S.A - Mercados Organizados, foram recolocadas no mercado parte das debêntures anteriormente resgatadas pela Companhia (13.085 debêntures da 7ª emissão pelo montante de R\$13.101) pelo preço unitário (PU) de valor nominal de mil reais, acrescido de remuneração correspondente a CDI mais 1% ao ano. As debêntures estavam na tesouraria por consequência da não repactuação de parte dos credores das respectivas emissões em 17 de dezembro de 2012.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2013	2012
Saldos em 2012 e 01/01/2012	46.734	60.010
Recolocação de Debêntures	13.101	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	4.984	6.077
Pagamento de principal - Recompra	-	(13.085)
Pagamento de juros	(4.768)	(6.268)
Saldos em 2013 e 2012	60.051	46.734
Circulante	60.051	98
Não circulante	-	46.636

**Posição em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 01 de janeiro de 2011
(Valores em R\$ mil).**

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total			Ref.
		Circulante	Não Circulante	2012	2011	01/01/2011	
Em moeda nacional							
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	16.778	33.136	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	76	-	15.000	15.076	15.131	15.135	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	64	1.511	4.066	5.641	6.776	7.911	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	13	37	52	62	71	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	301	2.733	17.960	20.994	23.990	27.030	
Eletrobrás - Subtransmissão	-	234	1.169	1.403	269	-	
Banco HSBC - repasse BNDES	-	-	-	-	1.673	4.272	
Banco HSBC - repasse BNDES	7	694	1.080	1.781	2.274	2.787	
Banco HSBC - repasse BNDES	4	234	536	774	928	1.012	
Banco HSBC - repasse BNDES	7	319	740	1.066	1.387	1.708	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	15	368	3.281	3.664	4.152	-	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	2	208	860	1.070	1.182	-	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	5	151	1.370	1.526	1.733	-	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	1	6	2.404	2.411	622	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	205	557	1.443	2.205	2.088	-	
Banco Itaú BBA - FINAME	38	1.074	4.153	5.265	3.507	324	
Caixa Econômica Federal - FINAME	45	-	4.306	4.351	-	-	
Banco Bradesco - CCB	763	12.501	24.999	38.263	51.208	63.882	(3)
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	72	2.446	15.454	17.972	-	-	
Total em moeda nacional	1.607	23.049	98.858	123.514	133.760	152.268	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(71)	(274)	(356)	(357)	(560)	
Em moeda estrangeira							
Citibank	288	-	33.848	34.136	31.083	-	(3)
Bank of America Merrill Lynch	326	-	58.672	58.998	53.744	-	(3)
Banco Itaú BBA	516	-	61.304	61.820	-	-	(3)
Total em moeda estrangeira	1.130	-	153.824	154.954	84.827	-	
Total ENERGISA MINAS GERAIS	2.726	22.978	252.408	278.112	218.230	156.708	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$2.568 (R\$20.139 em 2011 e R\$21.511 em 01/01/2011 registrados na rubrica, "aplicações no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante.

(3) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2012, todas as exigências foram cumpridas.

(4) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29)

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa			
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	78	CDI	+ 0,7%	0,83%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	42	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - subtransmissão	mar-2018	mensal, após mar.2013	Recebíveis	32	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Banco HSBC - repasse BNDES I	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	19	TJLP	+ 4,3%	4,3%		
Banco HSBC - repasse BNDES II	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	21	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	4,3%		
Banco HSBC - repasse BNDES III	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	21	TJLP	+ 3,9%	3,9%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+ 4,75%	4,75%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	45	UMBND	+ 3,75%+ juros variáveis	3,75%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+ 5,95%	5,95%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	pré-fixado	5,5%	5,5%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	19	pré-fixado	5,5%	5,5%		
Banco Itaú BBA - FINAME	Até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50	pré-fixado	de 4,5% a 10%	4,5% a 10%		
Caixa Econômica Federal - FINAME	Jan-2022	mensal, após dez.2013	Aval Energisa S.A	60	pré-fixado	8,7%	8,7%		
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	22	CDI	+ 1,25%	1,25%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem	maio-2015	Mensal, após mar.2014	Aval Energisa S.A.	19	TJLP + 2,25% a 4,15%		2,25% a 4,15%		
Citibank	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A	21	libor	+ 2,25%	2,25%		
Bank of America Merrill Lynch	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A	22	libor	+ 2,0%	2,25%		
Banco Itaú BBA	Set-2015	Final	Aval Energisa S.A	33	Dólar	+ 2,95%	2,95%		

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2012	2011	01/01/2011
US\$ x R\$	8,94%	12,58%	-4,30%
TJLP	5,00%	6,00%	6,00%
SELIC	8,49%	11,62%	9,77%
CDI	7,28%	11,60%	9,74%
IPCA	5,84%	6,50%	5,91%
IGP-M	7,81%	5,10%	11,32%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2012</u>
2014	124.084
2015	86.622
2016	7.175
2017	6.236
2018	10.199
Após 2018	18.092
Total	<u>252.408</u>

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

<u>Contratos</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2015</u> <u>em diante</u>	<u>Total</u>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	11	-	-	173	184
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	71	71	30	-	172
	82	71	30	173	356

Debêntures (não conversíveis em ações) em 31 de dezembro de 2012

Principais características das debêntures:

	<u>7ª Emissão</u>
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,0 % a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	CDI + 1,06% a.a.
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 2012 (*)	<u>46.734</u>
Circulante	98
Não circulante	46.636
Saldos em 2011 (*)	<u>60.010</u>
Circulante	319
Não circulante	59.691
Saldos em 01/01/2011 (*)	<u>59.973</u>
Circulante	313
Não circulante	59.660

(*) Deduzido de R\$309 (R\$340 em 2011e R\$370 em 01/01/2011), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$46.636 tem seu vencimento programado para o ano de 2014.

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

	7ª Emissão
Exercício 2014	309
	309

Do total de 60.000 debêntures objeto da 7ª emissão de debêntures da Energisa Minas Gerais, 46.915 debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 13.085 debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante R\$13.085.

Cláusulas de repactuação:

Descrição	Empresa	Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio	Condições
Debêntures 7ª emissão	Energisa Minas Gerais	15 de dezembro de 2012	Não há	O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas

Posição do endividamento da Companhia era composto da seguinte forma em dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Valores em RS mil)

Operação	Encargos da dívida	Principal		2011	2010	Ref.
		Circulante	Não Circulante			
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	153	16.625	-	16.778	33.136	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	131	-	15.000	15.131	15.135	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	65	1.416	5.295	6.776	7.911	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	12	48	62	71	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	261	2.480	21.249	23.990	27.030	
Eletrobrás - Luz para Todos	-	-	269	269	-	
Banco HSBC - repasse BNDES	6	1.667	-	1.673	4.272	
Banco HSBC - repasse BNDES	10	673	1.591	2.274	2.787	
Banco HSBC - repasse BNDES	5	214	709	928	1.012	
Banco HSBC - repasse BNDES	9	319	1.059	1.387	1.708	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES	89	331	3.732	4.152	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES	19	98	1.065	1.182	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES	40	135	1.558	1.733	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES	3	2	617	622	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	88	-	2.000	2.088	-	
Banco Itaú - repasse FINAME	28	83	3.396	3.507	324	

CCB - Banco Bradesco	1.208	12.500	37.500	51.208	63.882	(1)
Total em moeda nacional	2.117	36.555	95.088	133.760	157.268	
Em moeda estrangeira						
Citibank	226	-	30.857	31.083	-	
Merryl Lynch	256	-	53.488	53.744	-	
Total em moeda estrangeira	482	-	84.345	84.827	-	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(162)	(184)	(357)	(560)	
Total	2.588	36.393	179.249	218.230	156.708	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$20.139 (R\$21.511 em 2010), registrados na rubrica, "aplicações no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2011, todas as exigências foram cumpridas.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	Ref
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	49	RGR	+	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos	mar-2018	mensal, após mar.2013	Recebíveis	45	RGR	+	5,0%
Banco HSBC - repasse BNDES	jun-2012	mensal	Recebíveis	3	TJLP	+	4,7%
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	25	TJLP	+	4,3%
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	27	UMBND	+	4,3% + juros variáveis
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP	+	3,9%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	TJLP	+	4,75% + 3,75%+ juros variáveis
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	56	UMBND	+	variáveis
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	TJLP	+	5,95%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	61	TJLP	+	5,0%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	Mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	32	pré-fixado		5,5%
Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		4,5%
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	27	CDI	+	1,25%
Citibank	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A.	33	libor	+	2,25%
Merryl Lynch	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A.	34	libor	+	2,0%

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

<u>Moeda/indicadores</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
US\$ x R\$	12,58%	-4,30%
TJLP	6,0%	6,0%
SELIC	11,62%	9,77%
CDI	11,60%	9,74%
IPCA	6,50%	5,91%
IGP-M	5,10%	11,32%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2011</u>
2013	19.474
2014	104.083
2015	19.665
2016	6.084
2017	5.126
Após 2017	24.817
Total	179.249

Debêntures (valores em R\$ mil) em 31 de dezembro de 2011

Principais características das debêntures:

	<u>7ª Emissão</u>
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografia
Rendimentos	CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 2011 (*)	60.010
Circulante	319
Não circulante	59.691
Saldos em 2010 (*)	59.973
Circulante	313
Não circulante	59.660

(*) Deduzido de R\$340 (R\$370 em 2010), referentes a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2011 as exigências contratuais foram cumpridas.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos dos empréstimos do BNDES são liberados de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada investimento. Em dezembro de 2013, existiam R\$ 35,8 milhões contratados e não liberados.

h) Alterações nos itens das demonstrações financeiras

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Principais alterações nas contas de resultado

	2013	AV %	2012	AV %	AH %
Receita operacional líquida	462.292	100,0	435.561	100,0	6,1
Custo do serviço prestado a terceiros	(333.790)	(72,2)	(318.181)	(73,1)	4,9
Lucro bruto	128.502	27,8	117.380	26,9	9,5
Despesas com vendas	(11.166)	(2,4)	(13.343)	(3,1)	(16,3)
Despesas gerais e administrativas	(53.752)	(11,6)	(48.584)	(11,2)	10,6
Outras receitas	7.269	1,6	5.985	1,4	21,5
Outras despesas	(4.883)	(1,1)	(7.060)	(1,6)	(30,8)
Resultado antes das receita (despesas) financeiras líquidas e impostos	65.970	14,3	54.378	12,5	21,3
Receita financeira	24.303	5,3	71.972	16,5	(66,2)
Despesas financeiras	(47.829)	(10,3)	(25.568)	(5,9)	87,1
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(23.526)	(5,1)	46.404	10,7	(150,7)
Lucro antes dos impostos	42.444	9,2	100.782	23,1	(57,9)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(11.539)	(2,5)	(19.167)	(4,4)	(39,8)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.389)	(0,7)	(15.000)	(3,4)	(77,4)
Lucro líquido do exercício	27.516	6,0	66.615	15,3	(58,7)

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 462,3 milhões em 2013, contra R\$ 435,6 milhões em 2012, representando um aumento de 6,1% (R\$ 26,7 milhões). Este resultado decorre principalmente da redução dos impostos e encargos setoriais incidentes sobre a receita operacional.

A Energisa Minas Gerais obteve um aumento médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 2,56%, a partir de 18 de junho, sendo que para os consumidores de baixa tensão houve um aumento de 3,05% e para os de média e alta tensão de 0,99%.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2013, foi repassado o montante de R\$ 28,5 milhões para a Energisa Minas Gerais. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, os recursos da CDE a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 36,4 milhões para a Companhia. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

Receita de venda de energia elétrica e serviços

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	2013	2012	Variação em R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)	525,6	556,3	- 30,7
• Residencial	226,5	253,6	- 27,1
• Industrial	68,7	86,8	- 18,1
• Comercial	115,5	112,5	+ 3,0
• Rural	66,2	49,5	+ 16,7
• Outras classes	48,7	53,9	- 5,2
(+) Suprimento de energia elétrica	(0,6)	2,4	- 3,0
(+) Disponibilização do sistema elétrico	29,8	42,3	- 12,5
(+) Receitas de construção	58,8	36,8	+ 22,0
(+) Outras receitas	18,4	16,8	+ 1,6
(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada	632,0	654,6	- 22,6
(-) Impostos sobre receitas	(160,0)	(176,9)	+ 16,9
(-) Encargos setoriais	(9,7)	(42,1)	+ 32,4
(=) Total - Receita operacional líquida consolidada	462,3	435,6	+ 26,7

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 333,8 milhões em 2013, contra R\$ 318,2 milhões em 2012, representando um aumento de 4,9% (R\$ 15,6 milhões). Este resultado se deve principalmente ao aumento de R\$ 12,5 milhões (7,0%) nas contas de energia elétrica comprada para revenda.

Resultado Bruto

O resultado bruto em 2013 apresentou aumento de 9,5%, para R\$ 128,5 milhões, em consequência do aumento de R\$ 26,7 milhões da receita operacional líquida, ante ao menor crescimento dos custos dos serviços prestado a terceiros, que evoluíram R\$ 15,6 milhões no ano.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas apresentaram redução de 16,3%, para R\$ 11,2 milhões. Já as despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 10,7% (R\$ 5,2 milhões), para R\$ 53,8 milhões. Esse incremento decorre basicamente do aumento das despesas com serviço de terceiros, de R\$ 2,6 milhões.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou aumento de 21,3% em 2013, para R\$ 66,0 milhões.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2013 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 23,5 milhões, contra uma receita financeira líquida de R\$ 46,4 milhões em 2012. Essa variação deve-se, em parte, à marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial dos empréstimos em dólar.

Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos em 2013 apresentou uma redução de 57,9% (R\$ 58,4 milhões) na comparação com o registrado em 2012.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 27,5 milhões em 2013, frente aos R\$ 66,6 milhões registrados no ano anterior. Esse resultado representa uma redução de 58,7% (R\$ 39,1 milhões) no ano. A redução do lucro líquido decorre, principalmente, do resultado financeiro líquido (receitas menos despesas financeiras).

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012

	2013	AV %	2012	AV %	AH %	1/1/2012	AV %	AH %
			(Ajustado)			(Ajustado)		
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa	11.415	2,1	25.823	4,8	(55,8)	29.082	6,4	(11,2)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	19.763	3,7	72.423	13,4	(72,7)	49.439	10,9	46,5
Consumidores e concessionárias	66.205	12,6	80.760	15,0	(18,0)	77.079	16,9	4,8
Títulos de créditos a receber	395	0,1	1.952	0,4	(79,8)	1.957	0,4	(0,3)
Estoques	816	0,2	1.132	0,2	(27,9)	1.540	0,4	(26,5)
Impostos a recuperar	10.656	2,0	11.338	2,1	(6,0)	10.379	2,3	9,2
Baixa renda e devedores diversos	21.370	4,1	21.758	4,0	(1,8)	15.979	3,5	36,2
Total do circulante	130.620	24,8	215.186	39,9	(39,3)	185.455	40,8	16,0
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	11.504	2,2	2.568	0,5	348,0	4.930	1,1	(47,9)
Consumidores e concessionárias	8.207	1,6	8.207	1,5	-	8.207	1,8	-
Títulos de créditos a receber	2.230	0,4	832	0,2	168,0	2.893	0,6	(71,2)
Impostos a recuperar	8.200	1,6	8.686	1,6	(5,6)	12.171	2,7	(28,6)
Instrumentos Financeiros Derivativos	31.295	5,9	16.738	3,1	87,0	3.243	0,7	416,1
Créditos tributários	17.329	3,3	20.640	3,8	(16,0)	43.706	9,6	(52,8)
Cauções e depósitos vinculados	1.634	0,3	1.307	0,2	25,0	1.127	0,2	16,0
Contas a receber da concessão	285.875	54,3	217.739	40,4	31,3	136.442	30,0	59,6
Outros	656	0,1	-	-	-	2.568	0,6	(100,0)
	366.930	69,7	276.717	51,3	32,6	215.287	47,3	28,5
Investimentos	2.565	0,5	2.039	0,4	25,8	2.049	0,5	(0,5)
Imobilizado	6.843	1,3	4.265	0,8	60,4	-	-	-
Intangíveis	19.704	3,7	40.519	7,5	(51,4)	52.092	11,5	(22,2)
Total do não circulante	396.042	75,2	323.540	60,1	22,4	269.428	59,2	20,1
Total do ativo	526.662	100,0	538.726	100,0	(2,2)	454.883	100,0	18,4

	2013	AV %	2012	AV %	AH %	1/1/2012	AV %	AH %
			(Ajustado)			(Ajustado)		
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	38.840	7,4	38.881	7,2	(0,1)	32.262	7,1	20,5
Encargos de dívidas	2.529	0,5	2.726	0,5	(7,2)	2.588	0,6	5,3
Empréstimos e financiamentos	146.857	27,9	22.978	4,3	539,1	36.393	8,0	(36,9)
Debêntures	60.051	11,4	98	0,0	61.176,5	319	0,1	(69,3)
Tributos e contribuições sociais	25.295	4,8	29.978	5,6	(15,6)	29.508	6,5	1,6
Parcelamento de impostos	1.497	0,3	1.407	0,3	6,4	1.315	0,3	7,0
Dividendos	13.000	2,5	-	0,0	-	-	0,0	-
Encargos do consumidor a recolher	347	0,1	3.684	0,7	(90,6)	3.659	0,8	0,7
Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria	351	0,1	372	0,1	(5,6)	218	0,0	70,6
Obrigações estimadas	2.484	0,5	2.190	0,4	13,4	1.798	0,4	21,8
Obrigações intrasetoriais	5.560	1,0	11.553	2,1	(51,9)	12.176	2,7	(5,1)
Outras contas a pagar	12.516	2,3	7.779	1,4	60,9	9.413	2,1	(17,4)
Total do circulante	309.327	58,8	121.646	22,6	154,3	129.649	28,6	(6,2)
Não circulante								
Fornecedores	744	0,1	723	0,1	2,9	667	0,1	8,4
Empréstimos e financiamentos	136.161	25,9	252.408	46,9	(46,1)	179.249	39,4	40,8
Debêntures	-	0,0	46.636	8,7	(100,0)	59.691	13,1	(21,9)
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0	-	0,0	-	1.431	0,3	(100,0)
Tributos e contribuições sociais	7.359	1,4	5.464	1,0	34,7	3.552	0,8	53,8
Parcelamento de impostos	499	0,1	1.877	0,3	(73,4)	3.069	0,7	(38,8)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	5.740	1,1	6.200	1,2	(7,4)	5.651	1,2	9,7
Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria	1.626	0,3	1.656	0,3	(1,8)	867	0,2	91,0
Outras contas a pagar	1.311	0,2	1.237	0,2	6,0	2.527	0,6	(51,0)
Total do não circulante	153.440	29,1	316.201	58,7	(51,5)	256.704	56,4	23,2
Patrimônio líquido								
Capital social	44.171	8,4	44.171	8,2	-	44.171	9,7	0,0
Reservas de capital	7.921	1,5	7.921	1,5	-	7.921	1,7	0,0
Reservas de lucros	10.525	2,0	10.525	2,0	-	10.525	2,3	0,0
Dividendos adicionais propostos	1.396	0,3	38.531	7,2	(96,4)	5.704	1,3	575,5
Outros resultados abrangentes	(118)	0,0	(269)	0,0	(56,1)	209	0,0	(228,7)
Total do patrimônio líquido	63.895	12,1	100.879	18,7	(36,7)	68.530	15,0	47,2
Total do passivo e patrimônio líquido	526.662	100,0	538.726	100,0	(2,2)	454.883	100,0	18,4

ATIVO

Circulante

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2013 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 19,8 milhões, o que representa uma redução de 72,7% em comparação com 31 de dezembro de 2012. Esta variação decorre basicamente dos investimentos realizados no ano.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 72,4 milhões, o que representa um aumento de 46,5% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente da reclassificação dos fundos de investimentos de equivalentes de caixa para aplicações financeiras avaliadas a valor justo no ativo circulante. A manutenção dos níveis de caixa e equivalentes após transferência decorre, principalmente, da captação de recursos através de empréstimos e financiamentos.

Aplicações financeiras: em 01 de janeiro de 2012 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 49,4 milhões, o que representa um aumento de 111,1% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 23,4 milhões. A variação decorre basicamente do incremento de aplicações em CDB de aproximadamente de R\$ 5,8 milhões e em operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 18,8 milhões com recursos oriundos de captação de empréstimos e financiamentos.

Baixa Renda e devedores diversos: Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica atingiu R\$ 21,4 milhões, praticamente no mesmo patamar de 31 de dezembro de 2012 (R\$ 21,8 milhões).

Baixa Renda e devedores diversos: Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica atingiu R\$ 21,8 milhões, o que representa uma redução de 36,2% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente do incremento de gastos com os projetos em execução de Eficiência Energética e P&D, no montante de R\$ 5,6 milhões e do registro de contas a receber da Eletrobrás, referente ao subsídio baixa renda, no montante de R\$ 2 milhões.

Baixa Renda e devedores diversos: Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica atingiu R\$ 16,0 milhões, o que representa um aumento de 61,0% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 9,9 milhões. A variação decorre basicamente do incremento de gastos com os projetos em execução de Eficiência Energética e P&D, no montante de R\$ 3,6 milhões.

ATIVO

Não Circulante

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2013 esses ativos atingiram R\$ 285,9 milhões, o que representa um aumento de 31,3% em comparação com 31 de dezembro de 2012. O aumento decorre da atualização e remuneração dos ativos.

Contas a receber da concessão: com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Em 31 de dezembro de 2012 esses ativos atingiram R\$ 217,7 milhões, o que representa um aumento de 59,6% em comparação com 31 de dezembro de 2011. O montante referente ao VNR reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 57,2 milhões, sendo o principal responsável pelo incremento nessa rubrica.

Contas a receber da concessão: Em 31 de dezembro de 2011 esses ativos atingiram R\$ 136,4 milhões, o que representa um aumento de 45,1% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 94,0 milhões. De acordo com a ICPC01, as empresas reconheceram o ativo financeiro referente ao direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro, como indenização da infraestrutura não amortizada ao final da concessão. A variação do período decorre, basicamente, em função do nível de investimento realizado pela Companhia.

PASSIVO

Circulante

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2013, a conta “Fornecedores” se manteve praticamente no mesmo patamar de 31 de dezembro de 2012, ou seja, em R\$ 38,8 milhões.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2012, a conta “Fornecedores” atingiu R\$ 38,9 milhões, o que representa um aumento de 20,5% em relação a 31 de dezembro de 2011. O aumento decorre, principalmente, do incremento nas aquisições de materiais, serviços e outros, para conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$ 2,7 milhões, bem como um acréscimo na tarifa sobre aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição gerando um incremento no montante de R\$ 2,7 milhões.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2011, a conta “Fornecedores” atingiu R\$ 32,3 milhões, contra R\$ 33,8 milhões em 1 de janeiro de 2011.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2013, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 146,9 milhões, o que representa um aumento de 539,1% em relação a 31 de dezembro de 2012. O aumento decorre, principalmente, do vencimento dessas dívidas e consequentemente da transferência do não circulante para o circulante.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2012, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 23,0 milhões, o que representa uma redução de 36,9% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução decorre, principalmente, da liquidação do saldo do empréstimo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II, no montante de R\$ 16,8 milhões.

Empréstimos e Financiamentos: Em 1 de janeiro de 2012, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 36,4 milhões, o que representa uma redução de 9,7% em relação a 1 de janeiro de 2011, quando atingiram R\$ 40,3 milhões. A redução decorre, principalmente, das amortizações de empréstimos tais como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II e Eletrobrás Luz para Todos.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2013, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 136,2 milhões, o que representa uma redução de 46,1% em relação a 31 de dezembro de 2012. A redução no saldo decorre, principalmente, da transferência dos recursos do não circulante para o circulante.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2012, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 252,4 milhões, o que representa um aumento de 40,8% em relação a 31 de dezembro de 2011. O aumento no saldo decorre, principalmente, de captação de recursos para fazer frente aos investimentos da Companhia.

Empréstimos e Financiamentos: Em 1 de janeiro de 2012, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 179,2 milhões, contra R\$ 114,2 milhões em 1 de janeiro de 2011. O aumento no saldo decorre, principalmente, de captação de recursos para fazer frente aos investimentos da Companhia.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2013, a conta “Debêntures” foi transferida para o circulante, em face dos seus vencimentos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2012, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 46,6 milhões, o que representa uma redução de 21,9% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução no saldo decorre basicamente da recompra de 13.085 Debêntures em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante R\$13,08 milhões.

Debêntures: Em 1 de janeiro de 2012, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 59,7 milhões, contra R\$ 59,7 milhões em 1 de janeiro de 2011.

Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido atingiu R\$ 63,9 milhões, o que representa uma redução de 36,7% em comparação com 31 de dezembro de 2012. Esta variação decorre da redução do saldo da conta “dividendos adicionais propostos”.

Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido atingiu R\$ 101,1 milhões, o que representa um aumento de 48,0% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre do aumento do saldo da conta “dividendos adicionais propostos”, fruto do aumento do lucro líquido no exercício.

Patrimônio líquido: Em 1 de janeiro de 2012, o patrimônio líquido atingiu R\$ 68,3 milhões, o que representa uma redução de 14,9% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 80,3 milhões. Esta variação decorre da redução do saldo da conta “dividendos adicionais propostos”.

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Os Diretores da Companhia também apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos à demonstração de resultado para os exercícios de 2012 e 2011, seguidos de sua análise sobre as principais variações ocorridas entre os períodos.

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
Receita operacional líquida	435.561	100,0	424.681	100,0	2,6
Custo do serviço prestado a terceiros	(318.181)	(73,1)	(296.558)	(69,8)	7,3
Lucro bruto	117.380	26,9	128.123	30,2	(8,4)
Despesas com vendas	(13.343)	(3,1)	(14.637)	(3,4)	(8,8)
Despesas gerais e administrativas	(48.584)	(11,2)	(42.767)	(10,1)	13,6
Outras receitas	5.985	1,4	4.292	1,0	39,4
Outras despesas	(7.060)	(1,6)	(2.567)	(0,6)	175,0
Resultado antes das receita (despesas) financeiras líquidas e impostos	54.378	12,5	72.444	17,1	(24,9)
Receita financeira	71.972	16,5	13.222	3,1	444,3
Despesas financeiras	(25.568)	(5,9)	(31.819)	(7,5)	(19,6)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	46.404	10,7	(18.597)	(4,4)	(349,5)
Lucro antes dos impostos	100.782	23,1	53.847	12,7	87,2
Imposto de renda e contribuição social corrente	(19.167)	(4,4)	(19.422)	(4,6)	(1,3)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(15.000)	(3,4)	1.059	0,2	-
Lucro líquido do exercício	66.615	15,3	35.484	8,4	87,7
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	147,80		78,73		

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 435,6 milhões em 2012, contra R\$ 424,7 milhões em 2011, representando um aumento de 2,6% (R\$ 10,9 milhões). Este resultado decorre principalmente do aumento da receita de energia elétrica nos segmentos residencial e comercial, de R\$ 23,5 milhões (aumento de 10,2%) e R\$ 9,0 milhões (aumento de 8,7%), respectivamente.

Receita de venda de energia elétrica e serviços

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	2012	2011	Varição em R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)	556,3	525,3	+ 31,0
• Residencial	253,6	230,1	+ 23,5
• Industrial	86,8	94,4	- 7,6
• Comercial	112,5	103,5	+ 9,0
• Rural	49,5	47,5	+ 2,0
• Outras classes	53,9	49,8	+ 4,1
(+) Suprimento de energia elétrica	2,4	1,1	+ 1,3
(+) Disponibilização do sistema elétrico	42,3	44,7	- 2,4
(+) Receitas de construção	36,8	45,2	- 8,4
(+) Outras receitas	16,8	18,6	- 1,8
(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada	654,6	634,9	+ 19,7
(-) Impostos sobre receitas	(176,9)	(169,9)	- 7,0
(-) Encargos setoriais	(42,1)	(40,3)	- 1,8
(=) Total - Receita operacional líquida consolidada	435,6	424,7	+ 10,9

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 318,2 milhões em 2012, contra R\$ 296,6 milhões em 2011, representando um aumento de 7,3% (R\$ 21,6 milhões). Este resultado se deve principalmente ao aumento de R\$ 26,5 milhões (12,7%) nas contas de energia elétrica comprada para revenda e nos encargos de uso do sistema de transmissão e de distribuição.

Resultado Bruto

O resultado bruto em 2012 apresentou redução de 8,4%, para R\$ 117,4 milhões, em consequência do aumento de apenas R\$ 10,9 milhões da receita operacional líquida, ante ao maior crescimento dos custos dos serviços de energia elétrica, que evoluíram R\$ 21,6 milhões no ano.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas apresentaram redução de 8,8%, para R\$ 13,3 milhões. Já as despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 13,6% (R\$ 5,8 milhões), para R\$ 48,6 milhões. Esse incremento decorre basicamente do aumento das despesas com serviço de terceiros, de R\$ 2,3 milhões.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou uma redução de 24,9% em 2012, atingindo R\$ 54,4 milhões.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2012 representou uma receita financeira líquida de R\$ 46,4 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 18,6 milhões em 2011. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento das receitas no ano, que passaram de R\$ 13,2 milhões, em 2011, para R\$ 72,0 milhões, em 2012.

Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos apresentou um aumento de 100,8% (R\$ 47,0 milhões) na comparação com o registrado em 2011.

Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 66,6 milhões em 2012, frente aos R\$ 35,5 milhões registrados no ano anterior. Esse resultado representa um incremento de 87,7% (R\$ 31,1 milhões) no ano. O avanço do lucro líquido decorre, em parte, do aumento das receitas financeiras de R\$ 13,2 milhões, em 2011, para R\$ 72,0 milhões, em 2012.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 01 de janeiro de 2011

	<u>2012</u>	<u>AV%</u>	<u>2011</u> (reclassificado)	<u>AV%</u>	<u>AH%</u>	<u>01/01/2011</u> (reclassificado)	<u>AV%</u>	<u>AH%</u>
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa	25.823	4,8	29.082	6,4	(11,2)	29.850	7,3	(2,6)
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	72.423	13,4	49.439	10,9	46,5	23.417	5,7	111,1
Consumidores e concessionárias	80.760	15,0	77.079	16,9	4,8	96.963	23,6	(20,5)
Títulos de créditos a receber	1.952	0,4	1.957	0,4	(0,3)	3.057	0,7	(36,0)
Estoques	1.132	0,2	1.540	0,3	(26,5)	1.193	0,3	29,1
Impostos a recuperar	11.338	2,1	10.379	2,3	9,2	13.689	3,3	(24,2)
Baixa renda e devedores diversos	21.758	4,0	15.979	3,5	36,2	9.924	2,4	61,0
Total do circulante	<u>215.186</u>	<u>40,0</u>	<u>185.455</u>	<u>40,8</u>	<u>16,0</u>	<u>178.093</u>	<u>43,3</u>	<u>4,1</u>
Não circulante								
Realizável a Longo Prazo								
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2.568	0,5	4.930	1,1	(47,9)	4.912	1,2	0,4
Consumidores e concessionárias	8.207	1,5	8.207	1,8	-	8.207	2,0	-
Títulos de créditos a receber	832	0,2	2.893	0,6	(71,2)	3.787	0,9	(23,6)
Impostos a recuperar	8.686	1,6	12.171	2,7	(28,6)	8.331	2,0	46,1
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.738	3,1	3.243	0,7	416,1	-	-	-
Créditos tributários	20.501	3,8	43.814	9,6	(53,2)	51.008	12,4	(14,1)
Cauções e depósitos vinculados	1.307	0,2	1.127	0,2	16,0	1.016	0,2	10,9
Contas a receber da concessão	217.739	40,4	136.442	30,0	59,6	94.006	22,9	45,1
Outros	-	-	2.568	0,6	-	4.427	1,1	(42,0)
	<u>276.578</u>	<u>51,4</u>	<u>215.395</u>	<u>47,3</u>	<u>28,4</u>	<u>175.694</u>	<u>42,8</u>	<u>22,6</u>
Investimentos Intangíveis	2.039	0,4	2.049	0,5	(0,5)	2.057	0,5	(0,4)
Imobilizado	40.519	7,5	52.092	11,4	(22,2)	55.002	13,4	(5,3)
	4.265	0,8	-	-	-	-	-	-
Total do não circulante	<u>323.401</u>	<u>60,0</u>	<u>269.536</u>	<u>59,2</u>	<u>20,0</u>	<u>232.753</u>	<u>56,7</u>	<u>15,8</u>
Total do Ativo	<u>538.587</u>	<u>100,0</u>	<u>454.991</u>	<u>100,0</u>	<u>18,4</u>	<u>410.846</u>	<u>100,0</u>	<u>10,7</u>

	2012	AV%	2011 (reclassificado)	AV%	AH%	01/01/2011 (reclassificado)	AV%	AH%
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	38.881	7,2	32.262	7,1	20,5	33.842	8,2	(4,7)
Encargos de dívidas	2.726	0,5	2.588	0,6	5,3	2.201	0,5	17,6
Empréstimos e financiamentos	22.978	4,3	36.393	8,0	(36,9)	40.326	9,8	(9,8)
Debêntures	98	-	319	0,1	(69,3)	313	0,1	1,9
Tributos e contribuições sociais	29.978	5,6	29.508	6,5	1,6	28.960	7,0	1,9
Parcelamento de impostos	1.407	0,3	1.315	0,3	7,0	1.195	0,3	10,0
Dividendos	-	-	-	-	-	9.368	2,3	-
Encargos do consumidor a recolher	3.684	0,7	3.659	0,8	0,7	3.504	0,9	4,4
Benefícios a empregados - plano de pensão	372	0,1	218	-	70,6	276	0,1	(21,0)
Obrigações estimadas	2.190	0,4	1.798	0,4	21,8	1.745	0,4	3,0
Obrigações intrassetoriais	11.553	2,1	12.176	2,7	(5,1)	9.723	2,4	25,2
Outras contas a pagar	7.779	1,4	9.413	2,1	(17,4)	6.662	1,6	41,3
Total do circulante	121.646	22,6	129.649	28,5	(6,2)	138.115	33,6	(6,1)
Não circulante								
Fornecedores	723	0,1	667	0,1	8,4	578	0,1	15,4
Empréstimos e financiamentos	252.408	46,9	179.249	39,4	40,8	114.181	27,8	57,0
Debêntures	46.636	8,7	59.691	13,1	(21,9)	59.660	14,5	0,1
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.431	0,3	-	0	0,0	0,0
Tributos e contribuições sociais	5.464	1,0	990	0,2	451,9	1.053	0,3	(6,0)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	2.562	0,6	-	745	0,2	243,9
Parcelamento de impostos	1.877	0,3	3.069	0,7	(38,8)	3.983	1,0	(22,9)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	6.200	1,2	5.651	1,2	9,7	10.627	2,6	(46,8)
Benefícios a empregados - plano de pensão	1.248	0,2	1.184	0,3	5,4	850	0,2	39,3
Outras contas a pagar	1.237	0,2	2.527	0,6	(51,0)	766	0,2	229,9
Total do não circulante	315.793	58,6	257.021	56,5	22,9	192.443	46,8	33,6
Patrimônio líquido								
Capital social	44.171	8,2	44.171	9,7	0,0	44.171	10,8	0,0
Reservas de capital	7.921	1,5	7.921	1,7	0,0	7.921	1,9	0,0
Reservas de lucros	10.525	2,0	10.525	2,3	0,0	8.833	2,1	19,2
Dividendos adicionais propostos	38.531	7,2	5.704	1,3	575,5	19.363	4,7	(70,5)
	101.148	18,8	68.321	15,0	48,0	80.288	19,5	(14,9)
Total do passivo	538.587	100,0	454.991	100,0	18,4	410.846	100,0	10,7

ATIVO

Circulante

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 72,4 milhões, o que representa um aumento de 46,5% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente da reclassificação dos fundos de investimentos de equivalentes de caixa para aplicações financeiras avaliadas a valor justo no ativo circulante. A manutenção dos níveis de caixa e equivalentes após transferência decorre, principalmente, da captação de recursos através de empréstimos e financiamentos.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2011 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 49,4 milhões, o que representa um aumento de 111,1% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 23,4 milhões. A variação decorre basicamente do incremento de aplicações em CDB de aproximadamente de R\$ 5,8 milhões e em operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 18,8 milhões com recursos oriundos de captação de empréstimos e financiamentos.

Baixa Renda e devedores diversos: Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica atingiu R\$ 21,8 milhões, o que representa uma redução de 36,2% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente do incremento de gastos com os projetos em execução de Eficiência Energética e P&D, no montante de R\$ 5,6 milhões e do registro de contas a receber da Eletrobrás, referente ao subsídio baixa renda, no montante de R\$ 2 milhões.

Baixa Renda e devedores diversos: Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica atingiu R\$ 16,0 milhões, o que representa um aumento de 61,0% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 9,9 milhões. A variação decorre basicamente do incremento de gastos com os projetos em execução de Eficiência Energética e P&D, no montante de R\$ 3,6 milhões.

ATIVO

Não Circulante

Contas a receber da concessão: com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Em 31 de dezembro de 2012 esses ativos atingiram R\$ 217,7 milhões, o que representa um aumento de 59,6% em comparação com 31 de dezembro de 2011. O montante referente ao VNR reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 57,2 milhões, sendo o principal responsável pelo incremento nessa rubrica.

Contas a receber da concessão: Em 31 de dezembro de 2011 esses ativos atingiram R\$ 136,4 milhões, o que representa um aumento de 45,1% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 94,0 milhões. De acordo com a ICPC01, as empresas reconheceram o ativo financeiro referente ao direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro, como indenização da infraestrutura não amortizada ao final da concessão. A variação do período decorre, basicamente, em função do nível de investimento realizado pela Companhia.

PASSIVO

Circulante

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2012, a conta “Fornecedores” atingiu R\$ 38,9 milhões, o que representa um aumento de 20,5% em relação a 31 de dezembro de 2011. O aumento decorre, principalmente, do incremento nas aquisições de materiais, serviços e outros, para conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$ 2,7 milhões, bem como um acréscimo na tarifa sobre aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição gerando um incremento no montante de R\$ 2,7 milhões.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2011, a conta “Fornecedores” atingiu R\$ 32,3 milhões, contra R\$ 33,8 milhões em 1 de janeiro de 2011.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2012, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 23,0 milhões, o que representa uma redução de 36,9% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução decorre, principalmente, da liquidação do saldo do empréstimo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II, no montante de R\$ 16,8 milhões.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 36,4 milhões, o que representa uma redução de 9,7% em relação a 1 de janeiro de 2011, quando atingiram R\$ 40,3 milhões. A redução decorre, principalmente, das amortizações de empréstimos tais como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II e Eletrobrás Luz para Todos.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2012, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 252,4 milhões, o que representa um aumento de 40,8% em relação a 31 de dezembro de 2011. O aumento no saldo decorre, principalmente, de captação de recursos para fazer frente aos investimentos da Companhia.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2011, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 179,2 milhões, contra R\$ 114,2 milhões em 1 de janeiro de 2011. O aumento no saldo decorre, principalmente, de captação de recursos para fazer frente aos investimentos da Companhia.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2012, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 46,6 milhões, o que representa uma redução de 21,9% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução no saldo decorre basicamente da recompra de 13.085 Debêntures em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante R\$13,08 milhões.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2011, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 59,7 milhões, contra R\$ 59,7 milhões em 1 de janeiro de 2011.

Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido atingiu R\$ 101,1 milhões, o que representa um aumento de 48,0% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre do aumento do saldo da conta “dividendos adicionais propostos”, fruto do aumento do lucro líquido no exercício.

Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido atingiu R\$ 68,3 milhões, o que representa uma redução de 14,9% em comparação com 1 de janeiro de 2011, quando atingiu R\$ 80,3 milhões. Esta variação decorre da redução do saldo da conta “dividendos adicionais propostos”.

10.2 - a) Resultados das operações da Companhia

Em 2013, a Energisa Minas Gerais apresentou aumento de 6,1% (R\$ 26,7 milhões) na receita operacional líquida em relação ao valor registrado no ano anterior, totalizando R\$ 462,3 milhões.

Em 2012, a Energisa Minas Gerais apresentou aumento de 2,6% (R\$ 10,9 milhões) na receita operacional líquida em relação ao valor registrado no ano anterior, totalizando R\$ 435,6 milhões.

Em 2011, a receita operacional líquida totalizou R\$ 424,7 milhões, um acréscimo de 7,3% (ou R\$ 28,8 milhões) em relação ao montante registrado no ano anterior.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 396,3 milhões em 2013, crescimento de 4,0% (ou R\$ 15,1 milhões) em relação a 2012.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 381,2 milhões em 2012, crescimento de 8,2% (ou R\$ 29,0 milhões) em relação a 2011. Em 2011, totalizaram R\$ 352,2 milhões (crescimento de 14,1%) em relação a 2010.

A Energisa Minas Gerais apresentou geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) de R\$ 83,2 milhões em 2013 (17,2% maior em relação a 2012), R\$ 75,7 milhões em 2012 (-19,1% sobre 2011), R\$ 93,7 milhões em 2011 (-14,3% sobre 2010).

Descrição (Valores em R\$ milhões)	2013	2012	2011
(=) EBITDA	83,2	69,8	87,7
<i>Margem EBITDA sem ajustes (%)</i>	18,0	16,0	20,7
(+) Receitas de acréscimos moratórios	5,5	5,9	5,9
(=) EBITDA Ajustado	88,7	75,7	93,7
<i>Margem EBITDA Ajustado (%)</i>	19,2	17,4	22,1

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Não aplicável.

10.3 - a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

a) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo.
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b).
- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados (b).
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

(a) 1° de janeiro de 2014.

(b) 1° de janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia

Não aplicável.

10.6 - Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras

a) Grau de eficiência dos controles

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os relatórios e os pareceres dos auditores independentes com relação às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 não apontam quaisquer deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos utilizados pela Energisa para elaboração das suas demonstrações contábeis.

10.7 - a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b e c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a) Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço

Não aplicável.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 - Principais elementos do plano de negócios da Companhia

a) Investimentos

Com foco em projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, a Energisa Minas Gerais alcançou a excelente marca de 99,9% de disponibilidade de energia aos clientes ao longo do ano. Os investimentos em 2013 totalizaram R\$ 54,4 milhões.

Entre as realizações, destacam-se: i) Modernizações e melhorias em várias subestações de distribuição, incluindo as de Santana de Manhuaçu, Muriaé 1, Ituerê 1, Nova Usina Maurício, Leopoldina, Além Paraíba, Ubá 1 e 2 e Cataguases 2, com obras que incluem substituição de reguladores de tensão, disjuntores e transformadores de potencial e de corrente; ii) Ampliação da capacidade das subestações que atendem Visconde do Rio Branco, Sumidouro, Tebas, Sereno e Itamarati de Minas; iii) Aquisição de terreno para construção da 3ª subestação de Ubá, que será construída em 2015; iv) Construção de novos alimentadores de distribuição nos municípios de Ubá, Tocantins, Guiricema e Santa Margarida; v) Ampliação de 16% da automação das redes de distribuição, com grande impacto no tempo de manobras para restabelecimento de energia elétrica; vi) Modernização dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas em linhas de transmissão, com destaque para as seguintes linhas de transmissão que interligam as subestações: Usina Benjamin Batista - Manhuaçu, Ubá 1-Visconde do Rio Branco 2 e Ubá1-Ubá2; Ubá2 - Visconde do Rio Branco 2, Guary-Ituerê 2 e Tocantins-Ituerê 2; vii) Instalação de nova repetidora para rádio VHF em Pequiá, a fim de ampliar o sistema de comunicação na região de Manhuaçu, Manhumirim e São Miguel do Anta; viii) Reforma de 202 circuitos de baixa tensão. E também merece destaque, a conclusão do projeto de conexão - em tensão de 345 kV - do sistema de transmissão da Companhia

à Rede Básica (pertencente ao Sistema Interligado Nacional (SIN)). A interligação ao SIN neste nível de tensão, além da melhoria nos níveis de tensão em todo o sistema elétrico, contribuiu decisivamente para a melhoria dos indicadores de qualidade e continuidade, garantindo um retorno mais rápido em caso de ocorrências sistêmicas e redução das perdas técnicas na transmissão.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	Dez / 2013	Dez / 2012	Acréscimo 2013/2012
Subestações - nº (*)	44	44	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	907	878	+ 29
Linhas de transmissão - km	1.069	1.069	-
Redes de distribuição (próprias) - km	26.071	25.738	+ 333
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	57.820	56.424	+ 1.396
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.043	1.013	+ 30

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços

Não aplicável.

10.11 - outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima

Cataguases, 25 de março de 2014.

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração